



Moção

“PASSAR DAS PALAVRAS AOS ACTOS”

Primeiro subscritor: António Murteira (CDU)

I. Na actualidade, um dos grandes desafios é o de responder à problemática das alterações climáticas.

À problemática da estratégia e gestão dos recursos naturais, com realce para os recursos hídricos; à problemática da produção de energias alternativas, renováveis e menos poluentes; e à problemática da produção agro-alimentar.

No Alentejo, diversos cenários projectam impactos sérios e que irão provocar, previsivelmente, significativas alterações no modo de vida e nos modos de produção na região:

Mais calor, menos água, e água de menor qualidade; **Alterações demográficas** e na ocupação do território; **Emergência de novas expressões económicas** e de novos protagonismos; **Afirmação das cidades** e das vilas e aceleração do definhamento de pequenos aglomerados urbanos nas zonas mais áridas.

II. Impactos com reflexos, em particular, em quatro áreas:

Solos/erosão/desertificação; **Montado** de sobro e de azinho, com tendência para o sobro migrar para zonas mais amenas do litoral; **Recursos hídricos** / quantidade e qualidade da água; **Zonas urbanas** / poluição do ar, por exemplo em cidades como Évora, onde já entram 50 mil carros por dia; pressões de urbanização excessiva em áreas com ecossistemas muito sensíveis como o são o Litoral Alentejano, ou Alqueva, entre outras.

III. Passar das palavras aos actos significa identificar e executar um conjunto de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, entre as quais, no Alentejo:

1. A definição de uma estratégia e de um modelo de gestão dos recursos hídricos; **2.** A implementação da gestão por bacia hidrográfica ou grupos de bacias hidrográficas; **3.** A definição de novas barragens a construir, sobretudo, nas zonas do território não beneficiadas pelo sistema de Alqueva, ou por outros sistemas autónomos de Alqueva, como o Norte e o Litoral do Alentejo; **4.** A requalificação dos sistemas primários e secundários de rega, responsáveis por perdas superiores a 40% na agricultura, e da ordem dos 40% no abastecimento às populações; **5.** A definição de novos modelos de condução de montados; a investigação sobre novas espécies florestais e sistemas culturais, quer em condições de regadio, quer nas de sequeiro; **6.** Valorização e apoio a políticas agrícolas produtivas e a práticas agrícolas e de produção de matérias-primas que protejam os solos da erosão e menos exigentes em água; **7.** A tradução nos Planos Directores Municipais (PDM) dos efeitos das alterações climáticas na estratégia, nomeadamente, de gestão dos recursos e dos efeitos da poluição urbana, poluição que provoca aumento dos gases de efeito de estufa e aumento do consumo de energia, com impactos no aquecimento global.

Évora, 01 de Março de 2008

(Aprovada por unanimidade)

Moções, aprovadas, anexas à acta n.º 3, da sessão extraordinária, de 01 de Março de 2008

1



Proposta de Resolução

Primeiro subscritor: Rui Rosado (PS)

É hoje reconhecido que o nosso Planeta evidencia sinais de alterações do clima, em localização variada e à escala mundial, atribuíveis ao efeito designado por *Aquecimento Global*. Estas situações produzem graves perturbações sobre as diversas formas de vida, sobre o equilíbrio climático, sobre as condições físicas e, em última análise, sobre as condições de vidas na Terra, as quais poderão alterar-se irreversivelmente.

Embora haja que considerar as alterações resultantes da própria dinâmica do planeta e da atmosfera, o *aquecimento global* é genericamente atribuído às actividades humanas; todavia, parece ainda existir a pontualidade de provocar a mudança e a sua reconversão. Há hoje conhecimento e, porventura, capacidade para travar esta tendência. Para tal é necessário e urgente sensibilizar as populações em ordem a que hajam mudanças de atitudes locais as quais, em somatório, se reflectirão à escala do planeta.

A Assembleia Municipal de Évora (AME) tomou consciência de que esta é uma tarefa que compete a todos os cidadãos, isoladamente ou de forma organizada, e, muito especialmente, aos autarcas. Deste modo reuniu-se extraordinariamente no dia 1 de Março de 2008 e convidou reconhecidos especialistas para debate sobre as questões candentes, em sessão aberta a toda a população.

Da reflexão, a AME assumiu a sua intenção de acompanhar esta problemática e o seu desenvolvimento, quer a nível local quer à escala mundial. Delibera ainda fazer uma recomendação à comunicação social para que contribua para a informação objectiva e o debate público sobre o problema.

Propõe-se também à Câmara Municipal de Évora que, na linha do que vem executando, como foi demonstrado na apresentação que fez, continue a incluir acções concretas nos seus planos de actividades, bem como sustentar a integração em redes intermunicipais, nacionais e internacionais, para uma intervenção articulada e sistémica à escala global.

Évora, 01 de Março de 2008

(Aprovada por unanimidade)



Moção

“ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL”

Primeiro subscritor: Nuno Leão (PSD)

O problema das alterações climáticas e dos seus efeitos mais imediatos, nomeadamente o aquecimento global, revela-se e, por isso, deve ser assumido como uma questão pertinente e mesmo urgente, decorrente da sua concretização num exigente desafio para um futuro cada vez mais presente, num quadro de aprofundamento incipientemente regularizado das tendências de globalização do mundo. Portugal não foge à regra nem a esta lógica e não será difícil a qualquer observador, minimamente atento, deparar-se com uma profunda contradição entre os programas eleitorais dos partidos de poder e a prática da sua governação do país, as promessas politicamente correctas e a falta de empenho, ou mesmo o seu propositado esquecimento.

De um momento para outro, de um governo para o seguinte, de uma posição no elenco governativo para outra, alteram-se as regras reguladoras da preservação ambiental da orla costeira, da REN e da RAN e que antes era fundamentalismo na defesa, passou a uma total permissividade em nome de uma suposta modernidade quase terceiro-mundista, apesar das décadas passadas sobre o apogeu dessas “modas” noutros continentes, cujos efeitos devastadores sobre o ambiente global, hoje começamos a pagar uma elevada factura.

No plano regional, com o previsível aumento da temperatura global, ocorrerão maiores problemas de desertificação do território, dificuldades de abastecimento de água a populações e a empreendimentos turísticos, que tanto distingue o Alentejo face a outros destinos turísticos. A gestão do contributo de projectos turísticos para a sustentabilidade do Alentejo, enquanto destino turístico original, típico e preservado, não massificado, deverá ser acautelada a partir das próprias autarquias e não por elas pressionada, quer no que respeita ao número de projectos, quer quanto às condições a garantir por cada um deles.

Numa cidade património mundial, a quem se exige a construção e afirmação de uma imagem de marca turística elevadamente distintiva no segmento do turismo urbano, a ideia de “cidade amiga do ambiente” é acessível e gratificante às iniciativas locais no seu sentido.

A pergunta que nos devemos colocar, enquanto autarcas.

Que historial de boas práticas no domínio da eficiência energética tem a autarquia eborense desenvolvido e apresentado enquanto incentivo mobilizador aos munícipes particulares, às empresas e aos actores da sociedade civil, com vista à generalização de uma consciência ambientalmente responsável ao nível local?

Aos diferentes níveis, quase tudo está ainda por fazer, porque vai ser necessário bastante mais e incentivar muitos outros através da nossa acção, o que deverá necessariamente ir além dos discursos públicos ocasionais e de circunstância, ou das sessões de reflexão e sensibilização.

Mãos à obra, por um futuro com futuro.

Évora, 01 de Março de 2008

(Aprovada por unanimidade)